



Quase ausentes: autoria e representações de personagens negros no PNBE

Almost Absent: Authorship and Representations of Black Characters in the PNBE

James Rios de Oliveira Santos

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná / Brasil

jamesrios.cult@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3017-9921>

Altamir Botoso

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Dourados, Mato Grosso do Sul / Brasil

abotoso@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0003-3231-2351>

Resumo: Detendo-se em terreno da literatura brasileira, mais especificamente ao âmbito das políticas públicas de distribuição de livros paradidáticos, o presente estudo, fazendo uso do método qualitativo e quantitativo, visa apresentar dados concernentes à baixa presença (ou quase ausência) de autores negros a compor o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Ademais, o trabalho centra-se no exame das obras *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, e *O livreiro do Alemão*, de Otávio Júnior, para ressaltar a importância de seus discursos antirracistas no âmbito de um programa de distribuição de livros, composto majoritariamente por autores não negros e por narrativas de temáticas afro-brasileiras diminutas. Este estudo conclui que políticas públicas de leitura, como o PNBE, deveriam acolher, quantitativamente, em seus acervos, um número maior de autores negros e obras mais representativas do ponto de vista racial e cultural, como as que aqui foram apontadas. Em síntese, o presente artigo tem o objetivo de propiciar e evidenciar, principalmente tendo em vista o público leitor dessas obras, o jovem negro, possibilidades de representação literária com as quais possam se identificar adequadamente.

Palavras-chave: Literatura negro-brasileira; Raça; Resistência; Representação; PNBE.

Abstract: Focusing on Brazilian literature, more specifically on public scope policies for the distribution of educational books, the present study, using the qualitative and quantitative method, aims to present data concerning the small presence (or almost absence) of black authors that belong to the National School Library Program (PNBE). Furthermore, this article focuses on examining the books *Quarto de Despejo*, by Carolina Maria de Jesus, and *O Livreiro do Alemão*, by Otávio Júnior, highlighting the importance of their anti-racist discourses in the scope of a Program of book distribution composed mostly by non-black authors and narratives of small Afro-Brazilian themes. This study concludes that public policies for reading, such as the PNBE, should quantitatively include in their collections a greater number of black authors and more representative works from a racial and cultural point of view, such as those that were pointed out here. In short, all this aims to provide and highlight, especially when considering the young black reader of such books, possibilities of literary representation with which they can properly identify themselves.

Keywords: Black-Brazilian Literature; Race; Resistance; Representation; PNBE.

O campo literário brasileiro: questões raciais no PNBE

Embora estejam em pleno processo de consolidação no Brasil, as reflexões teórico-críticas sobre raça prontamente nos oferecem subsídios para a compreensão do *modus operandi* da discriminação racial. O racismo assume diferentes formas dada a estrutura que o sustenta e lhe permite atravessar, de Norte a Sul, as fronteiras internas do Brasil, seja por meio da manifestação da injúria racial, seja por meio da disseminação de discursos racistas naturalizados no âmbito das representações, literárias ou não. Nesse artigo, interessa-nos também questionar a quase ausência de representatividade da população negra no campo literário brasileiro, mais especificamente no recorte que se restringe a um dos programas de leitura de larga envergadura, como é o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

A marginalização – ou, em alguns casos, a própria ausência – da população negra de espaços sociais e simbólicos privilegiados é uma forma manifesta de racismo simbólico¹, já que a população negro-brasileira não transita, com justa notoriedade, pelo campo literário, conforme aponta

¹ Amparados nas proposições teóricas de Pierre Bourdieu (2005), mais precisamente na obra *A dominação masculina*, propusemos, em 2017 – ocasião da publicação de nossa defesa de dissertação de mestrado –, a noção conceitual de racismo simbólico, que consiste em um esforço reflexivo que nos permite entrever as assimétricas relações sociorraciais que tendem, em maior ou menor grau, a naturalizar as desvantagens para a população negra em relação à branca, cujos indivíduos ocupam, na maioria das vezes,

a pesquisa de Regina Dalcastagnè (2007). Após analisar 258 romances publicados por três editoras brasileiras, a referida pesquisadora constatou que “são brancos 93,9% dos autores e autoras estudados (3,6% não tiveram a cor identificada e os ‘não brancos’, como categoria coletiva, ficaram em meros (2,4%)” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 89). Nota-se, portanto, a pouca representatividade de escritores e escritoras negros no campo da literatura brasileira. E dessa quase ausência emerge o racismo simbólico, velado, naturalizado na forma de um *habitus* – como propõe o teórico francês, Pierre Bourdieu.

Parte integrante do campo literário, o PNBE movimentou o mercado editorial devido aos recursos destinados à aquisição e à distribuição de livros didáticos e paradidáticos em todo o território nacional. Afigurando-se, portanto, como uma das mais importantes políticas públicas voltadas para a leitura, constatou-se, nesse estudo, que a reprodução do racismo em sua dimensão simbólica alcança também o Programa, tendo em vista o baixo índice de autores negros selecionados pelos avaliadores.

Para atestar nossa assertiva, dispomos do método quali-quantitativo, que requer a elaboração de um questionário de perguntas a ser respondido e submetido ao *software Sphanix Léxica 5.0* – ferramenta que possibilitou o cruzamento das respostas e nos permitiu compreender a realidade apresentada. Ademais, cumpre ressaltar que recorreremos aos editais do PNBE (nos anos de 2011 e 2013) para identificar o sexo de todos os autores e autoras que escreveram narrativas. Identificado(a), buscamos analisar seus fenótipos por meio de imagens pesquisadas na Internet a partir de seus nomes lançados nos sítios de busca, como o Google e o Yahoo, por exemplo.

Após a verificação, podemos afirmar que as narrativas do PNBE (2011 e 2013) são brancas e predominantemente masculinas. Tais constatações são provenientes do levantamento de dados biográficos de 249 autores e autoras selecionados para compor os acervos do referido programa de leitura. No PNBE de 2011 registramos a presença de 108 que se dedicaram à produção de narrativas infantojuvenis. No de 2013, foram 141 – proporção relativamente maior ao ano anterior, devido ao maior número de obras contemplado por esse edital².

as altas patentes, os mais altos cargos e dominam os principais meios discursivos, sobretudo o campo literário brasileiro.

² Em 2011, o Programa Nacional Biblioteca da Escola selecionou 150 obras, distribuídas em três acervos compostos por 50 exemplares cada. Já em 2013, foram selecionadas 180 obras, distribuídos igualmente em três acervos.

Começando, pois, pelo sexo dos autores, constatamos que, em 2011, o PNBE contemplou 69 textos narrativos de escritores homens e apenas 36 de mulheres – números que correspondem a 63,9% e 33,3% dos índices, respectivamente. Nesse mesmo ano não foi possível identificar o sexo de 2,8% dos autores (Tabela 1). Já em 2013, os homens foram os mais contemplados pelo PNBE, uma vez que constituem 66% dos autores, enquanto as mulheres somam 32,6%. Além disso, 1,4% dos autores não tiveram seus sexos identificados (Tabela 2).

Tabela 1 – Sexo dos autores PNBE 2011

Sexo	Freq.	%
Masculino	69	63,9
Feminino	36	33,3
Outro	0	0,0
Não identificado	3	2,8
Total obs.	108	100

Fonte: Santos (2017).

Tabela 2 – Sexo dos autores PNBE 2013

Sexo	Freq.	%
Masculino	93	66,0
Feminino	46	32,6
Outro	0	0,0
Não identificado	2	1,4
Total obs.	141	100

Fonte: Santos (2017).

Ao analisar os dados observamos que em ambos os editais do PNBE os homens ocupam mais de dois terços dos “espaços” dessa esfera literária. Isso indica que eles continuam a dominar o campo literário. Esses números podem ser explicados com base na assertiva de que a restrição do acesso das mulheres ao campo literário é apenas uma de muitas outras formas de violência simbólica, que, no curso da história, tendeu a dividir socialmente o trabalho a partir da demarcação biológica do sexo (BOURDIEU, 2005).

Os escritores componentes do PNBE são, também, majoritariamente brancos, conforme aponta a Tabela 3. Pelo edital de 2011, por exemplo, negros e mestiços somam apenas – *apenas* – 3,7% das ocorrências (negros: 2,8% e mestiços 0,9%), enquanto os brancos são 86,1% dos autores. Os orientais correspondem somente a 1,9% e os indígenas não possuem representantes autorais nesses acervos. Não foi possível identificar as cores de 8,3% dos produtores de literatura infantojuvenil, uma vez que as informações apuradas junto aos mecanismos de buscas na Internet não eram confiáveis para verificação do fenótipo.

Tabela 3 – Cor dos autores PNBE 2011

Cor	Freq.	%
Negro	3	2,8
Branco	93	86,1
Mestiço	1	0,9
Indígena	0	0,0
Oriental	2	1,9
Não identificado	9	8,3
Total	108	100

Fonte: Santos (2017).

Ao observar a Tabela 4 é possível notar que seus números pouco diferem da Tabela 3, correspondente ao PNBE 2011. É preciso ressaltar que, em 2013, o PNBE selecionou 180 livros, sendo 141 narrativas, enquanto no edital anterior foram 150 obras adquiridas, das quais se pode subtrair 108 para categorizá-las como textos narrativos. Feita essa ressalva, observemos como os números, quando não idênticos, são muito semelhantes: a porcentagem de negros em ambos os acervos são os mesmos: 2,8% em cada um. Os brancos, como já se previa, somam 83,7% dos escritores. A diferença entre as tabelas – quase insignificante, por sinal – remete ao número de mestiços, que somam 1,4%, o dobro em relação ao PNBE 2011, entre as demais categorias. Autores indígenas continuam a não compor o acervo e o número de orientais foi reduzido a 0,7%. Já 11,4% dos autores não puderam ser identificados, pelo mesmo motivo apontado no parágrafo anterior.

Tabela 4 – Cor dos autores PNBE 2013

Cor	Freq.	%
Negro	4	2,8
Branco	118	83,7
Mestiço	2	1,4
Indígena	0	0,0
Oriental	1	0,7
Não identificado	16	11,4
Total	141	100

Fonte: Santos (2017).

Outro fator importante a ser observado em relação à cor dos autores é o cruzamento dos dados com outra variante: o sexo. As proposições de Bourdieu (2005) autorizam-nos a afirmar que as mulheres negras são duplamente discriminadas. Primeiro porque, assumindo sua feminilidade, estão sujeitas a sofrerem, na e pela constituição biológica dos próprios corpos, as marcas da violência simbólica, as quais podem ser constatadas de diversas formas, dentre elas, pelo cerceamento à educação e, por consequência, sua restrição ao campo literário. Em segundo lugar, é de nosso conhecimento que a pele preta bem como qualquer fenótipo negro são elementos cruciais para se imputar obstáculos e restringir acessos aos mais variados tipos de bens simbólicos às pessoas com tais características (MOORE, 2009). Nesse sentido, a simples equação “mulher + negra = dupla discriminação” pode ser atestada por meio das Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Cor e sexo dos autores PNBE 2011

Cor	Masculino	Feminino	Outro	Não identificado	Total
Negro	1,9%	0,9%	0,0%	0,0%	2,8%
Branco	55,6%	29,6%	0,0%	0,9%	86,1%
Mestiço	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Indígena	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Oriental	0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	1,9%
Não identificado	4,6%	1,9%	0,0%	1,9%	8,3%
Total	63,9%	33,3%	0,0%	2,8%	100%

Fonte: Santos (2017).

Tabela 6 – Cor e sexo dos autores PNBE 2013

Cor	Masculino	Feminino	Outro	Não identificado	Total
Negro	2,1%	0,7%	0,0%	0,0%	2,8%
Branco	56,7%	26,2%	0,0%	0,7%	83,7%
Mestiço	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%
Indígena	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Oriental	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
Não identificado	5,0%	5,7%	0,0%	0,7%	11,4%
Total	66,0%	32,6%	0,0%	1,4%	100%

Fonte: SANTOS (2017)

Quando afirmamos que as tabelas acima atestam a hipótese de que a mulher negra é duplamente marginalizada/discriminada, queremos dizer, em outras palavras, que os acervos do PNBE aqui analisados refletem a situação das mulheres em geral no campo literário, sobretudo no brasileiro. Em 2011 foi registrada a presença de 55,6% de escritores (brancos) homens. As mulheres (brancas), por sua vez, somam 29,6% de representatividade – números que, à primeira vista, já esboçam um movimento diferente, uma dissonância quando comparada a homens brancos. As mulheres negras, nesse caso, estão ainda mais distantes: elas são apenas 0,9% de todos os autores. Essa porcentagem, 0,9%, é preciso lembrar, corresponde a apenas uma escritora negra.

Salvo a maior proporcionalidade de obras reservada ao edital de 2013, constata-se que os números são relativamente os mesmos: os homens brancos correspondem a 56,7% dos escritores, enquanto as mulheres da mesma cor são 26,6% dos casos identificados. Apenas 0,7% das autoras são negras. Reiterando o já exposto, a situação da escritora negra é de marginalização uma vez que, em contexto mais amplo, pode-se deduzir que “o seletivo universo da literatura ainda continua excluindo[-as] a partir de premissas temporal e subjetiva” (JOB, 2011, p. 56).

A ausência do(a) negro(a) enquanto escritor(a) de narrativas infantojuvenis selecionadas pelo PNBE é, portanto, uma realidade. E sendo uma realidade registrada por meio de números, observa-se, mais uma vez, a presença hegemônica de escritores brancos a compor os acervos de ambos os editais. Nesse contexto, o racismo só pode ser

atestado através do buraco da fechadura, pelas fissuras do silêncio, que naturalizam as quase ausências como se elas obedecessem à ordem natural das coisas. Em outras palavras, isso significa que a baixa representatividade nos acervos é, quase sempre, tão somente observada pelo crítico que enseja compreender a dinâmica funcional do racismo em programas de leitura do que, efetivamente, por aqueles que gerenciam tal programa.

A situação contextual na qual está inserido o PNBE pode constituir-se como um estímulo para geração de sérios problemas de identificação entre o leitor negro e as personagens produzidas por alguns escritores brancos – principalmente aqueles que adotam estereótipos no processo de criação artística, ou subalternizam a raça negra, na condição de meros figurantes ou ocupantes de papéis sociais desprestigiados. Em contato com essas narrativas, o leitor negro pode ler o outro (personagem branco) e, não se reconhecendo na representação oferecida, faz emergir catarticamente o processo de alteridade por meio da diferença. Resultante desse processo, as múltiplas identidades do negro tornam-se fragmentadas na medida em que os estereótipos se sobrepõem a elas.

A oferta somente do branco enquanto personagem-modelo, ainda que em uma representação literária, impõe limites para o reconhecimento da(s) identidade(s) do leitor negro. Ou seja, o afrodescendente, ao deparar-se com representações subalternas e estereotipadas, fixa nas fissuras do seu inconsciente apenas essa perspectiva da vida que lhe é proposta, afastando-se, assim, da sua cultura, da sua tradição e todos os valores que sua raça congrega. Desse modo, um conjunto de narrativas que apenas – frisemos bem – apresente as mulheres negras como prostitutas e os homens como bandidos/contraventores ou ocupantes de funções sociais similarmente desprestigiadas, tende, assim como o racismo é propagado por meio do discurso (DIJK, 2012), a naturalizar tais posições, como se coubesse ao negro/a tão somente a ocupação dessas posições no seio de suas comunidades. Nessa mesma perspectiva, enquanto o personagem branco reproduz literariamente a estrutura social brasileira, ocupando-se, nas narrativas, das funções sociais mais privilegiadas (médico, advogado, engenheiro, juiz, etc.), a criança negra se veria distante de tal possibilidade porque o seu contexto social é, em alguns casos, avessamente distinto.

Embora o PNBE apresente os problemas apontados acima, é preciso ressaltar que os diminutos títulos negros constituem, por assim, dizer, publicações de resistências. Para esta ocasião, elegemos duas

narrativas pertencentes ao programa no ano de 2011, de autorias negras, cuja dicção das personagens permite ao leitor entrever as denúncias que se instauram contra o sistema racista-capitalista operante no estrato da sociedade brasileira. Desse modo, *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, e *O livreiro do Alemão*, de Otávio Júnior, são, pela potência discursiva que apresentam, produções aqui examinadas à luz das proposições teórico-críticas atinentes às relações étnico-raciais.

Nesse artigo decidimos por analisar as duas obras do PNBE com intuito de salientar a importância de narrativas como estas, que podem apresentar ao leitor possibilidades de representações literárias com as quais consiga se identificar adequadamente. Se o referido programa tivesse optado por escolher um maior número de autores e autoras negros, é bem provável que, numa relação de causa e efeito, muitas outras narrativas com temáticas afro-brasileiras chegariam às escolas do país a fim de proporcionar aos jovens leitores uma experiência estética assentada nas identidades negras, que se afiguram na diversidade da população brasileira. Os personagens dos textos escolhidos para exame são, por assim dizer, síntese de uma representação afirmativa: são vozes combativas diluídas em um discurso esteticamente elaborado.

Carolina e Otávio: dois personagens, um espaço e a literatura como resistência

Carolina e Otávio são, respectivamente, autores-personagens de *Quarto de despejo* e *O livreiro do Alemão*. Já tratando de esclarecer o mal-estar que o termo “autores-personagens” possa suscitar, quando referenciado no âmbito dos estudos literários, é preciso esclarecer que ambas as narrativas assumem um tom autobiográfico. O primeiro texto, embora seja classificado como romance brasileiro na ficha catalográfica da obra, é considerado, pelos estudiosos que se debruçam sobre a produção literária de Carolina Maria de Jesus, uma autobiografia.

A justificativa para tal assertiva se fundamenta nas considerações teóricas de Phillippe Lejeune, que, em seu ensaio intitulado “O pacto autobiográfico” (1973), afirma serem as autobiografias um contrato estabelecido pelo autor e o leitor, tendo aquele o compromisso de identificar-se como autor, narrador e personagem. Nas palavras do crítico, “para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima) é preciso que haja relação de identidade entre o autor, o narrador

e o personagem (LEJEUNE, 2008, p. 15). Em *Quarto de despejo* esse pacto pode ser observado já na capa do livro – espaço em que Carolina de Jesus reserva para “assinar” o seu nome enquanto autora.

Ademais, é possível identificar outros elementos desse contrato:

a) a autora é a própria narradora: “Comecei a catar papel. Subi a rua Tiradentes, cumprimentei as senhoras que conheço” (JESUS, 2017, p. 22); b) a autora e seus filhos se identificam com as demais personagens da narrativa: “Quando eu seguia na Avenida Cruzeiro do Sul ia uma senhora com um sapato azul e uma bolsa azul. A Vera disse-me: – Olha mamãe, que mulher bonita! Ela vai no meu carro!” (JESUS, 2017, p. 36); c) o título da obra contém um subtítulo: “diário de uma favelada”, expressão que reforça o tom intimista do texto, a partir da narrativa do “eu”.

Em outra ocasião, postula Lejeune (2008, p. 14) que uma autobiografia pode ser classificada como sendo uma “narrativa em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. A obra de Carolina de Jesus enquadra-se na classificação de Lejeune (2008), uma vez que a personalidade da autora-personagem pode ser entrevista em diversas ocasiões, principalmente naqueles momentos em que os problemas de ordem social ferem a sua dignidade e, por meio de sua própria narração, levam o leitor a vivenciar/entender o “jeito” Carolina de ser.

Tratando agora de *O livreiro do Alemão*, não podemos afirmar que esta obra seja, em sua plenitude, uma autobiografia. Ainda que se note a presença de alguns elementos que aludem ao pacto autobiográfico de Lejeune (2008) – como, por exemplo, a identificação entre autor e personagem – a narrativa é curta e remete apenas a um recorte demasiado reduzido da vida de Otávio Júnior, que narra as suas experiências enquanto arte-educador no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro:

Eu nem era nascido quando o tráfico de drogas começou a ganhar força no Rio de Janeiro. O que eu sei é que uma das primeiras favelas a ser dominada pelo tráfico foi justamente a do Morro do Alemão, junto com a Mangueira e a do Jacaré, na década de 1970 (JÚNIOR, 2011, p. 12).

Independente de ser, ou não, uma autobiografia, o que interessa observar na narrativa de Otávio Júnior é a dicção do “eu”, ou seja, a voz do autor-personagem-narrador negro que narra em primeira pessoa suas experiências com a leitura, em um espaço onde as oportunidades para o

trabalho com arte, sobretudo, com a literatura, quase não se apresentam. Por esta razão, uma abordagem sobre o espaço se torna importante à medida em que a população negra foi recorrentemente representada, em diversas obras da literatura brasileira, em lugares como as favelas e as senzalas, em uma perspectiva acrítica, conforme apontam os estudos de David Brookshaw (2012) e Gregory Rabassa (1965).

Falando especificamente do romance, o teórico alemão Wolfgang Kayser (1985, p. 149) postula sobre a importância de três estratos fundamentais para esse gênero: “Evento, personagens e espaço são os três estratos substanciais para toda a épica; se um deles toma forma e se torna portador, resulta um gênero”. Corroborando o postulado teórico de Kayser, Dimas (1987) afirma que

O espaço pode alcançar um estatuto tão importante quanto outros componentes da narrativa, tais como foco narrativo, personagem, tempo, estrutura etc. [...] em certas narrações esse componente pode estar severamente diluído e, por esse motivo, sua importância torna-se secundária. Em outras, ao contrário, ele poderá ser prioritário e fundamental no desenvolvimento da ação, quando não determinante. [...] Em resumo: cabe ao leitor descobrir onde se passa uma ação narrativa, quais os ingredientes desse espaço e qual sua eventual função no desenvolvimento do enredo (DIMAS, 1987, p. 5-6).

Efetivamente, as duas narrativas em apreço não são, necessariamente, um romance. Todavia, sem muitos contorcionismos, podemos enquadrar a noção conceitual de espaço ficcional proposto pelos estudiosos às narrativas analisadas, visto que os acontecimentos ocorrem em um ambiente bem delineado, a favela. É nesse sentido que esse elemento se torna fundamental para que os eventos possam se suceder em *Quarto de despejo* e em *O livreiro do Alemão*. Sem a favela, o leitor não pode observar a luta de uma mulher que, no jargão popular, necessita, diariamente, vender “o almoço para comprar a janta”; não se pode entender o real motivo pelo qual um jovem se propõe, por meio da literatura, transformar a vida das crianças e dos adolescentes de sua comunidade. Em suma, essas duas narrativas só existem pois, antes delas, existem duas favelas, fruto de um processo de segregação urbana.

Em *Território e segregação urbana*, o “lugar” da população negra na cidade, Silva e Panta (2014) afirmam que, no período pós-abolição,

o governo brasileiro não se preocupou com a integração da comunidade negra na sociedade de classes, fazendo-se, assim, com que o “contingente negro, em sua maioria, [tenha] ocupado historicamente, as periferias mais distantes e pobres das cidades brasileiras” (SILVA; PANTA, 2014, p. 11). Inseridos, portanto, nesse contexto, Carolina e Otávio, pessoas negras, são vítimas de um racismo estrutural, uma vez que lhes é negado o acesso aos bens simbólicos (MOORE, 2009), como moradia digna, por exemplo: “voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tábuas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida” (JESUS, 2017, p. 175).

Nessa mesma direção, se faz oportuno recorrer às considerações críticas de Henry Lefebvre – sociólogo que mobiliza reflexões concernentes à segregação urbana – para compreendermos, substancialmente, alguns aspectos relevantes das obras em análise. Em *O direito à cidade*, Lefebvre (2008) salienta que, para o homem obter seu acesso ao espaço urbano em plenitude, suas necessidades (sociais) devem ser satisfeitas:

As necessidades sociais têm fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a *necessidade de segurança* e a de abertura, a *da organização do trabalho* e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de troca e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. *Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num mundo [...]. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismos, de imaginário, de atividades lúdicas* (LEFEBVRE, 2008, p. 105, grifos nossos).

Em conformidade com o estudo da socióloga Maria Nilza Silva (2014, p. 23),

podemos afirmar que grande parte da população, em especial os negros, em situação de pobreza, de discriminação, racismo e fragmentação, carece de meios para satisfazer suas necessidades básicas (SILVA, 2014, p. 23).

Esse fato pode ser mais observado se recorrermos aos textos de Carolina Maria de Jesus e Otávio Júnior. No que diz respeito à segurança, nota-se, em *O quarto de despejo*, que a carência de segurança pública é uma constante: durante a narrativa é possível identificar relatos de furtos e/ou roubos, que se sucedem ora no barraco da protagonista, ora no barraco de suas vizinhas, como aponta o seguinte fragmento:

O senhor Irineu disse-me que esta noite houve roubo na favela. Que roubaram as roupas de D. Florela e mil cruzeiros de D. Paulina. O meu barracão está sendo visado. Duas noites que não saio para catar papel. Para evitar aborrecimentos, eu levei o rádio para a casa de D. Florela. E eu que estou querendo comprar uma maquina de costura... (JESUS, 2017, p. 27).

De acordo com o excerto acima, é certo que nem mesmo os moradores do Canindé, que são pobres, não estão imunes às investidas dos ladrões, os quais, por certo, habitam o mesmo espaço. Tal situação nos autoriza afirmar que o Estado se faz distante dessa comunidade, não lhes garantindo o direito de satisfazer uma de suas necessidades básicas, como a segurança, conforme afirma Lefebvre (2008). De igual modo, é o Complexo do Alemão – comunidade na qual reside Otávio Júnior, o livreiro do Alemão. O personagem é obrigado a se habituar à presença de homens armados circulando de um ponto a outro dentro da favela, possivelmente obedecendo às ordens do tráfico de drogas: “Vejo homens armados por todos os lados, já tive amigos aliciados por criminosos, e uma bala perdida invadiu a minha casa, deixando uma marca na parede em cima da minha cama” (JÚNIOR, 2011, p. 10).

Paralelo à insegurança social que contorna tais espaços, é preciso ressaltar que, em sua grande maioria, os residentes das periferias brasileiras passaram por um processo de imigração interna, que também pode ser entendido como o deslocamento em massa das “populações concentradas em regiões que não oferecem oportunidades econômicas [...], como ocorreu principalmente no Nordeste brasileiro e no Estado de Minas Gerais, na década de 1950” (PANTA, 2014, p. 42). Aliás, Carolina Maria de Jesus, que é mineira, de Sacramento, entra na estatística dos que viram em São Paulo a possibilidade de um futuro melhor – senão melhor, ao menos digno – dadas às esperanças que uma cidade em intenso processo de industrialização oferecia à época. Se nos termos de Lefebvre (2008) o trabalho é uma necessidade social a ser suprida pelo

sujeito no espaço urbano, a fim de que ele viva com dignidade, Carolina constrói a sua dignidade pela coragem de se sujeitar à coleta de papéis, de ferros ou de qualquer objeto que lhe possa render alguns cruzeiros para o meio quilo de carne a ser comprado no açougue:

Saí e fui catar papel. Ouvi as mulheres lamentando com lágrimas nos olhos que não aguenta mais o custo de vida [...] Fui no senhor Manoel vender uns ferros. Ganhei 55 cruzeiros. [...] Passei no açougue para comprar meio quilo de carne de bife. Os preços era 24 e 28. Fiquei nervosa com a diferença dos preços (JESUS, 2017, p. 70 e 90).

Em uma sociedade estruturada pelo sistema capitalista, a coleta de papel – embora seja primordial para a manutenção e preservação do meio ambiente – acaba por se constituir como uma função de menos prestígio relegada, quase sempre, às pessoas menos favorecidas, que veem nessa atividade o único meio para sobrevivência. Esse é o universo de Carolina Maria de Jesus, que, em certas ocasiões, tendo que lidar com a ausência de papéis já coletados pelos garis da prefeitura (“Percorri várias ruas e não havia papel” (JESUS, 2017, p. 67)), encontra nas latas de lixo os ingredientes para elaborar o cardápio da janta e do café da manhã da família:

Achei um cará no lixo, uma batata-doce e uma batata solsa. Cheguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. Pensei: para comer estes pães era preciso que eles tivessem dentes elétricos.

Não tinha gordura. Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fábrica de Peixe. Puis o cará no fogo e a batata. É água. Assim que ferveu eu pui o macarrão que os meninos cataram no lixo. Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. Eu não vejo eficiência no Serviço Social em relação ao favelado. Amanhã não vou ter pão. Vou cozinhar a batata-doce (JESUS, 2017, p. 41).

Conforme tem postulado Lefebvre (2008), o sujeito quando inserido no espaço urbano tem também a necessidade social de degustar. Na concepção desse pesquisador, a degustação pode ser entendida no mesmo sentido em que a empregam os dicionários, ou seja, como o ato de experimentar com atenção e deleite os sabores dos alimentos. No fragmento acima, é possível constatar que Carolina está distante de

ter tal necessidade ser suprida, uma vez que a fome, agora entendida como uma carência fisiológica, torna-se uma necessidade primeira, a qual não se submete aos prazeres da degustação: com intuito de manter suas funções vitais, a protagonista é obrigada a digerir o cará, os tomates e as batatas encontradas no lixo.

Em *O livreiro do Alemão*, as cenas de fome narradas com vigor pela protagonista de *Quarto de despejo* dão lugar aos episódios de violência e/ou às vivências artísticas do garoto; por isso, pouco ou quase nada se tem a falar sobre esse aspecto na obra de Otávio Júnior. No entanto, uma das necessidades sociais sobre a qual pondera Lefebvre (2008) merece destaque: trata-se da necessidade do trabalho. Enquanto Carolina peregrina pelas ruas de São Paulo, dividindo seu esforço entre um papel e outro, Otávio deixou a escola muito cedo para ingressar no mercado de trabalho: “Comecei a achar as aulas chatas. Minha mãe quis me esganar, afinal eu estava na oitava série. Por insistência dela, tentei voltar, mas não consegui” (JÚNIOR, 2011, p. 37). Embora tenha deixado a sala de aula, o protagonista percorre um caminho muito diferente dos demais garotos de sua comunidade, que encontraram na criminalidade outras possibilidades para ganhar dinheiro:

Geralmente são menores que vendem a droga no varejo. É assim que eles ganham dinheiro para ajudar a mãe (é incrível o número de mulheres abandonadas pelos parceiros), para comprar roupas de grifes e sair com as “tchutchucas” (como são chamadas as garotas que usam roupas bem sensuais e dançam de forma provocante nos bailes funks), para ganhar respeito e para sustentar o próprio vício. No começo, ganham a droga porque trabalham de madrugada e precisam ficar ligados (JÚNIOR, 2011, p. 39).

O leitor da obra em apreço certamente se surpreenderá com as atitudes de Otávio. Enquanto os jornais e as demais mídias tendem a noticiar, com certa frequência, os problemas das comunidades periféricas, sobretudo o envolvimento dos jovens com tráfico de drogas, a narrativa apresenta outra possibilidade de representar o adolescente negro. Ainda que o narrador faça menção à situação das pessoas envolvidas com a criminalidade, prevalece na obra sua consciência em relação ao processo de formação escolar e, sobretudo, às alternativas que busca para fazer valer seus sonhos, como demonstra o excerto abaixo:

Preferia fazer curso de teatro, continuar frequentando as bibliotecas. A educação informal tem um papel muito importante nas comunidades. Os alunos mais contestadores, mais criativos, acabam largando a escola, que ainda tem baixa qualidade de ensino.

Além dos livros, eu costumava ler os jornais da biblioteca e ali comecei a ver vários cursos interessantes (JÚNIOR, 2011, p. 40).

No Brasil, documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente e leis como a Lei de Diretrizes de Bases da Educação entendem que as crianças e os adolescentes são sujeitos em deformação humana/ideológica e, por isso, prescrevem que estes passem por um processo de escolarização, para, em seguida, ingressarem no mercado de trabalho. Nessa acepção, a proposição de Lefebvre (2008) acerca do trabalho não poderia ser aplicada às crianças/adolescentes, uma vez que deveriam estar ocupando-se dos estudos. Contudo, em muitos contextos periféricos, mais especificamente no Complexo do Alemão, onde parte da população se encontra em estado de vulnerabilidade social, crianças e adolescentes são obrigados a buscar alternativas imediatas para sanar suas necessidades básicas, como assinala Otávio Júnior: “Geralmente são menores que vendem a droga no varejo. É assim que eles ganham dinheiro para ajudar a mãe [...]” (JÚNIOR, 2011, p. 39).

Se o seu contexto social lhe impõe a necessidade do trabalho, mesmo sendo ainda um adolescente, e o crime surge como possibilidade imediata de fazer dinheiro, o personagem revela o seu caráter e a sua dignidade ao fazer a escolha pela arte. Nesse sentido, enquanto uns “escolhem” a criminalidade e estampam as matérias jornalísticas, Otávio trilha outros caminhos: fazendo uso de sua formação informal, encontra no teatro a possibilidade de complementar a renda de sua família, produzindo espetáculos para as escolas do Rio de Janeiro:

Escrevia textos e passei a apresentar em escolas do bairro. O meu primeiro espetáculo foi o Contador de mentiras. Cada ingresso custava um real. Uma diretora indicava para a outra e a minha agenda foi ficando lotada. Visitava três, quatro escolas por semana. Nunca saía de casa sem a minha pasta de divulgação. Quando via uma escola, entrava e conversava com as diretoras ou com as coordenadoras. Cheguei a ganhar 200, 250 reais por mês. Dava uma parte para a minha mãe. Com o que sobrava, comecei a ir ao teatro e ao cinema (JÚNIOR, 2011, p. 37).

Nas duas narrativas analisadas, nota-se que o trabalho digno – aqui entendido como atividade que oferece plenas condições para o seu exercício, como postula Lefebvre (2008) –, o acesso à moradia, à educação e outras necessidades estão longe de estar ao alcance de

Carolina Maria de Jesus e de alguns jovens da comunidade de *O Livreiro do Alemão*. Se considerarmos, pois, o fato de que parte significativa da população negra brasileira reside nas favelas, e que estas apresentam os inúmeros problemas já apontados aqui, uma leitura atual desses espaços nos permite afirmar que estamos diante de “senzalas modernas” – termo sugerido por Sandra Job (2011).

Os protagonistas das obras analisadas em nenhum momento se acomodam às circunstâncias adversas que enfrentam diariamente na favela. Muito pelo contrário, Otávio, a título de ilustração, demonstra o seu desajustamento em relação ao espaço e o desejo de superá-lo: “Quem mora ali no morro sabe que há medo, há angústia, há desespero. Porém também há um desejo enorme de superação. Superar a violência, superar o preconceito de morar num dos locais mais violentos do Rio de Janeiro, superar a falta de perspectivas” (JÚNIOR, 2011, p. 11).

Carolina, mãe de três filhos e com uma larga experiência de vida, é mais emotiva e incisiva em suas colocações quando analisa sua situação social:

Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava discontente que cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo. (JESUS, 2017, p. 33).

Quem se depara com a obra de Carolina Jesus percebe que sua cor e, por conseguinte, sua condição socioeconômica não a deixa alheia à situação social e política do país. Em linha avessamente oposta às representações, que tendem a silenciar as vozes das personagens negras, o leitor encontra uma narradora atenta aos problemas políticos do Brasil: “A democracia está perdendo seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco morre um dia” (JESUS, 2017, p. 39). Nota-se que tamanha é a crítica envolta na obra marcada por juízos de valores emitidos por uma narradora que transcende a superficialidade do discurso casual e desprezioso. Carolina sabe do que fala por vivenciar, na pele e na fome, a desassistência do Estado, por isso sugere que “o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (JESUS, 2017, p. 29).

São essas posturas críticas de Carolina e também de Otávio que podem surpreender, positivamente, o leitor quando em contato com a representação dos personagens negros, que, nos casos apresentados, subvertem os modelos encontrados na tradição literária brasileira, os quais são quase sempre marcados por estereótipos, tais como o do bandido/contraventor, no caso do homem/adolescente; e da “mulata” sensual/prostituta, no caso da mulher; conforme assinala Dalcastagnè (2012, p. 183):

Mais de um quinto dos negros, representados nos romances em foco, são bandidos ou contraventores. É notável também que duas categorias ‘femininas’ – o emprego doméstico e a prostituição ou seus arredores – apareçam com mais frequência que ‘dona de casa’.

Para além da importância que o espaço (ficcional) constitui para a estrutura das narrativas, nossa abordagem tem priorizado a exploração desse universo social – quase sempre sub-representado na literatura em uma perspectiva acrítica, reforçando inúmeros preconceitos – porque erige dele a possibilidade de, “sob uma perspectiva menos autocentrada, vislumbrar [...] estratégias de resistência” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 49) mobilizadas por seus autores para adentrar outro espaço, simbólico e se chama campo literário. Em outras palavras, queremos dizer que por serem negros, pobres e favelados, Otávio Júnior e, principalmente, Carolina Maria de Jesus fazem da própria favela e de suas respectivas vivências o mote para a produção literária, mesmo sabendo que, por isso, já começam a escrever “seus textos em desvantagem, conscientes de que precisam se legitimar como escritores para construir uma representação” de si mesmos e daqueles que os cercam (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 22).

Para Santos e Borges (2013, p. 04), a expressão literária de Carolina é um “relato do cotidiano direto e cruel no qual se constrói uma representação forte e única da dinâmica social urbana, vista por aqueles que foram lançados à margem”. Uma leitura realizada somente por esse prisma, mesmo que esse seja direto e cruel – como dizem as autoras – se torna um tanto quanto inocente, uma vez que sua escrita não deixa de passar pelo crivo da fabulação, pois a autora “insere personagens, cria situações inusitadas, dá conta da movimentação na favela, com intrigas e a falta de solidariedade” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 23), por exemplo. Interessa-nos, no limiar dessa discussão em que se colocam em xeque os limites entre a ficção e a realidade, a posição da autora-personagem, que fala “de dentro” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 13) e, por isso, apresenta-nos as múltiplas perspectivas que a periferia oferece enquanto espaço (literário).

A perspectiva feminina de Carolina Maria de Jesus abre espaço para abrigar uma pluralidade de existências: de mãe solteira que precisa sustentar os filhos em meio à miséria ao cigano bonito, com asas nos pés, que atravessa sua história. Mas há ainda a menina pobre que usa seu charme para conquistar as pessoas, o garotinho acusado de tentar violentar um bebê, o advogado pulha, os políticos corruptos que só são gentis durante as eleições, o homem triste e abandonado pela esposa, os “nortistas” festeiros e tocadores de viola (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 07).

Em meio a essas muitas possibilidades de se olhar a dinâmica das personagens e seus respectivos comportamentos no interior da favela e também no seu entorno, é importante ressaltar, conforme registra Dalcastagnè (2012), que o fato de a narradora ser alguém pertencente a esse espaço não a deixa imune aos preconceitos que possa destilar no ato do discurso proferido. Nas palavras da pesquisadora, esse modo de “ver [de dentro] pode ser preconceituoso, apreensivo, respeitoso, dependendo da disposição da protagonista e narradora no momento em que fala (ou escreve)” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 41), conforme se pode depreender do trecho transcrito a seguir:

Os favelados todos os anos fazem fogueiras. Mas em vez de arranjar lenha rouba uns aos outros. Entram nos quintaes e carregam as madeiras de outros favelados. Eu tinha um caibro, eles levaram para queimar. *Não sei porque é que os favelados são tão nocivos. Além deles não ter qualidades ainda surgem os maus elementos que mesclam-se com eles [...]* O que eu observo é que os que vivem aqui na favela não podem esperar boa coisa deste ambiente [...]. (JESUS, 2017, p. 71 e 89, grifo nosso).

O fragmento acima, como se pode observar, remete à visão preconceituosa que a narradora possui em relação aos moradores da favela. Antes de qualquer julgamento que o leitor possa emitir contra o seu posicionamento preconceituoso – o qual, diga-se de passagem, deve ser contestado como todos os outros que ferem a dignidade humana – faz-se necessário atentar-se para o fato de que não é tão somente esse o discurso predominante na obra: em outras passagens, por exemplo, essa manifestação do preconceito dá lugar à solidariedade e à compaixão, que a mesma personagem possui pelos favelados.

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens dos rios são os lugares do lixo e dos marginais. Não mais se vê corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.

Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava todo rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com desprezo. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fábrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro, comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome!

... Encontrei com ele outra vez, perto do depósito e disse-lhe:
- O senhor espera que eu vou vender este papel e dou-te cinco cruzeiros para o senhor tomar uma média. É bom beber um cafezinho de manhã (JESUS, 2017, p. 54).

Até mesmo o leitor desatento é capaz de perceber, no início do excerto acima, que Carolina também se considera uma favelada. A metáfora utilizada pela narradora eleva o tom da crítica à marginalização do homem, demonstrando ser ela um sujeito que, embora tenha refutado o comportamento dos moradores da periferia, manifesta a sua solidariedade ao oferecer uma média ao “preto” que estava tonto de fome. Cenas como esta são a prova de que os discursos preconceituosos, presentes em uma ou outra ocasião do texto, aferem mais legitimidade à obra por apresentar as incoerências humanas do que, necessariamente, tendem a sub-representar uma classe menos favorecida.

A nossa leitura nos permite afirmar que a força da obra emerge das críticas sociais e também raciais que envolvem a vida das personagens, sobretudo de Carolina. Contudo é justamente por apresentar, mesmo criticamente, esse recorte da subsistência humana – e ser associada a ela – que a autora encontra dificuldades para acessar o campo literário:

– Pois é, Toninho, os editores do Brasil não imprime o que escrevo /porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. Por isso eu vou enviar meus livros para os Estados Unidos. Ele me deu vários endereços que eu devia procurar (JESUS, 2017, p. 133).

No curso do nosso artigo, expusemos as dificuldades que os negros encontram para acessar o campo literário. E a protagonista negra, pobre e favelada de *Quarto de despejo* é o exemplo mais cabido para ilustrar a nossa proposição: “Se a autora Carolina Maria de Jesus não possui os instrumentos mais eficientes, e legítimos, para se afirmar no campo literário, a Carolina que nasce das páginas de seu livro é bastante eficaz” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 42) em denunciar a miséria humana diante dos políticos, sem que sua voz ressoe no mesmo tom das reivindicações de uma militância panfletária.

Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na assembleia [...]. Foi lá que eu ouvi ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo (JESUS, 2017, p. 53).

Além do fragmento citado, em outra página de *Quarto de despejo*, a autora se autodeclara a poetisa dos pobres: “os políticos sabem que eu sou poetiza. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (JESUS, 2017, p. 39). Tal colocação nos autoriza afirmar que, na obra em tela o silêncio dos marginalizados – por vezes cobertos por outras vozes que se sobrepõem a eles, “é quebrado pela produção literária de seus próprios membros” (DALCASTGNÉ, 2012, p. 17), mais especificamente, nesse caso, pela própria Carolina Maria de Jesus, que faz de seu diário não só um instrumento de denúncia, mas, e, sobretudo, uma literatura de resistência às circunstâncias adversas encontradas em seu espaço e, principalmente, ao campo literário.

Diante de exposto, é importante frisar que a autora, embora lute com as palavras em defesa do “seu povo”, também luta por si mesma ao enxergar na literatura uma possibilidade de ascensão social, crendo ela, muito possivelmente, ser reconhecida como escritora e, com isso, adquirir uma moradia digna fora da favela. Otávio Junior, por sua vez, não anseia abandonar o Complexo do Alemão e, por este motivo, busca alternativas para driblar as adversidades impostas pela violência e pela falta de trabalho. Longe, portanto, de ser um sujeito acomodado às configurações sociais desse espaço, o personagem procura, por meio da leitura literária, oferecer aos jovens de sua comunidade novas perspectivas de vida: “Trabalho para que as crianças não se envolvam com a criminalidade. Com a leitura eu dou uma opção de novas possibilidades e perspectivas para o futuro delas” (JÚNIOR, 2011, p. 54).

As obras analisadas expressam a vida de personagens que encontram, na literatura, possibilidade(s) para fazer valer a sua dignidade humana, tão refratada pelas mazelas que assolam o homem e a mulher negra em sua dimensão social. As representações dos personagens negros, nesses casos, devem ser lidas e vistas em seu aspecto positivo, ainda que o espaço por onde circulam Carolina e Otávio possam aludir a uma sub-representação.

Noutro plano, os textos ficcionais rompem com a regra pré-determinada pela estruturante sociedade racista-capitalista brasileira. Em forma de diário, *Quarto de despejo* é a dicção de uma mulher negra, pobre, favelada, que, resistindo a todas as adversidades que seu gênero e sua cor

lhe imputam, é, após muitos anos, reconhecida pela crítica especializada e se torna estrela solitária em um céu branco, heteronormativo e elitista do campo literário brasileiro. E, solitária, Carolina brilha indiferente ao céu em que se situa porque oferece a seus interlocutores as experiências dos que foram renegados pela História Oficial. *O livreiro do Alemão* é também uma narrativa de exceção. Seja porque, na condição de negro, o jovem autor Otávio Junior tem sua obra selecionada por um programa de leitura cuja branquitude constitui, implicitamente, a norma; seja porque, na condição de personagem, sua trama oferece aos leitores, negros e brancos, a possibilidade de se observar a favela por outra ótica. Ótica essa distante daquela da qual se ocuparam muitos homens de nossas Letras (RABASSA, 1965).

Em suma, Carolina e Otávio são dois personagens diferentes ocupando o “mesmo” espaço, a favela. São dois personagens que, veementemente, denunciam o preconceito social/racial e apresentam ao leitor suas vivências a partir de seus respectivos pontos de vista, elegendo, para tanto, a literatura como instrumento para expressão de suas vivências. As duas obras, pertencentes ao PNBE 2011, são narrativas negras, de resistência: à fome, à violência e ao campo literário constituídos por representações de autores não negros. Textos como estes poderiam e deveriam figurar, em maior quantidade, nos acervos de políticas públicas de distribuição de livros como o PNBE. Portanto, oferecer aos jovens leitores múltiplas possibilidades de representação afirmativa da vida do negro é uma necessidade imperiosa, em um país que demanda, com urgência, a resolução de seus problemas raciais.

Referências

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Tradução de Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. *Letras de Hoje*, v. 42, n. 4, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/4110>. Acesso em 10 de junho de 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. São Paulo: Horizonte, 2012.

DIMAS, Antonio. *Espaço e romance*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

JOB, Sandra Maria. *Em texto e no contexto social: mulher e literatura afro-brasileira*. 2011. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95228/294989.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 abr. 2017.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Editora Ática, 2017.

JÚNIOR, Otávio. *O livreiro do Alemão*. São Paulo: Panda Books, 2011.

KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária*. Coimbra: Editora Arménio Amado, 1985.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Editora Moraes, 2008.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

PANTA, Mariana. Segregação geográfica, desigualdades raciais e migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos. In: SILVA, M. N.; PANTA, M. *Território e segregação urbana: o lugar da população negra na cidade*. Londrina: EDUEL, 2014. p. 37-66.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Tradução de Ana Maria Martins. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

SANTOS, James Rios de Oliveira. *Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SILVA, Maria Nilza. Alguns aspectos da trajetória dos negros na região metropolitana de Londrina. In: SILVA, M. N.; PANTA, M. *Território e segregação urbana: o lugar da população negra na cidade*. Londrina: EDUEL, 2014. p.17-36.

Recebido em: 4 de março de 2021.

Aprovado em: 19 de julho de 2021.